



# CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG

PROJETO DE LEI N.º /2025

Altera a Lei n.º 2.281, de 24 de março de 2005, que “dispõe sobre a organização administrativa da Câmara Municipal de Unai e dá outras providências” e a Lei n.º 2.283, de 13 de abril de 2005, que “dispõe sobre a estruturação do Plano de Cargos e Carreiras da Câmara Municipal de Unai – MG, estabelece normas gerais de enquadramento, institui nova tabela de vencimentos ...” e dá outras providências.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNAÍ**, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VII do artigo 96 da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Unai decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado, no âmbito da estrutura administrativa da Câmara Municipal de Unai, constante da Lei n.º 2.281, de 24 de março de 2005, o Departamento Financeiro.

Art. 2º Fica o Departamento de Gestão e Finanças transformado em Departamento Administrativo.

Art. 3º Fica o Capítulo II do Título III da Lei n.º 2.281, de 2005, acrescentado do seguinte artigo 12-A:

*“Art. 12-A. A Diretoria Geral compreende os seguintes departamentos:*

*I – Departamento Legislativo;*

*II – Departamento Administrativo;*

*III – Departamento Financeiro;*

*IV – Departamento de Comunicação; e*

*V – Departamento de Exercício à Cidadania.” (NR)*

Art. 4º A Seção II do Capítulo II do Título III, o caput e o parágrafo 1º do artigo 19 e o caput do artigo 20 da Lei n.º 2.281, de 2005, passam a vigorar com a seguinte redação:

## **“Seção II**

1/16

AV. JOSÉ LUIZ ADJUTO n.º 117 – TELEFAX (38) 3493-3260 – CEP 38610-066 – UNAÍ – MG  
HOME PAGE: <https://www.unai.mg.leg.br> – EMAIL: [camara@unai.mg.leg.br](mailto:camara@unai.mg.leg.br)





# CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG

## ***Do Departamento Administrativo***

*Art. 19. Ao Departamento Administrativo compete diretamente a manutenção e conservação dos bens imóveis de uso do Poder Legislativo, bem como coordenação das ações administrativas de recursos humanos, informática, telefonia, portaria, vigilância, copa, limpeza, transporte e outros serviços gerais, de acordo com as diretrizes encaminhadas pelo Secretário Geral.*

*§ 1º A função de confiança de Diretor do Departamento Administrativo deverá ser ocupada por servidor efetivo com nível de formação superior.*

*Art. 20. O Departamento Administrativo compreende os seguintes serviços:” (NR)*

*Art. 5º Fica o Capítulo II do Título III da Lei n.º 2.281, de 2005, acrescentado da seguinte Seção III-A e respectivas Subseções I e II e artigos 24-A, 24-B, 24-C e 24-D:*

## ***“Seção III-A Do Departamento Financeiro***

*Art. 24-A. O Departamento Financeiro compete, diretamente:*

*I – elaborar a proposta orçamentária anual;*

*II – coordenar a execução da contabilidade geral, orçamentária e patrimonial;*

*III – planejar e executar os registros contábeis, bem como coordenar as ações financeiras e orçamentárias;*

*IV – preparar e entregar a prestação de contas anual;*

*V – preparar, publicar e encaminhar os relatórios nos termos da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000;*

*VI – coordenar os processos de compra de materiais e equipamentos;*

*VII – coordenar os serviços de guarda controle e conservação dos bens patrimoniais da Câmara; e*

*VIII – acompanhar a execução de contratos e convênios e outros serviços correlatos, de acordo com as diretrizes encaminhadas pelo Secretário Geral.*

*Parágrafo único. A função de confiança de Diretor do Departamento Financeiro deverá ser ocupada por servidor efetivo com nível de formação superior.*

*Art. 24-B. O Departamento Financeiro compreende os seguintes serviços:*

*I – Serviço de Contabilidade e Tesouraria; e*





# CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG

*II – Serviço de Compra, Material e Patrimônio.*

## ***Subseção I Do Serviço de Contabilidade e Tesouraria***

*Art. 24-C. Ao Serviço de Contabilidade e Tesouraria compete:*

*I – elaborar a proposta orçamentária anual;*

*II – preparar a requisição de numerário ao Poder Executivo, receber as quotas mensais e programar a utilização dos recursos;*

*III – coordenar a execução da contabilidade geral, orçamentária e patrimonial;*

*IV – assessorar quanto às aplicações financeiras do recurso disponível;*

*V – manter contratos com os estabelecimentos bancários para os assuntos afins;*

*VI – providenciar o recolhimento de contribuições sociais e encargos tributários;*

*VII – planejar e executar os registros contábeis quanto a:*

*a) recebimento, aplicações e utilização dos recursos financeiros liberados pelo Poder Executivo;*

*b) movimentação das quotas orçamentárias, globais e mensais; e*

*c) bens móveis e materiais permanentes.*

*VIII – elaborar relatórios, balancetes, balanços e outros demonstrativos afins;*

*IX – controlar o numerário disponível, pelo seu procedimento, aplicação financeira e utilização, com conciliação bancária mensal;*

*X – quanto à preparação do processo da despesa:*

*a) elaborar os empenhos, após autorização da autoridade competente;*

*b) conferir a liquidação de despesas; e*

*c) pagar as despesas líquidas, por meio de cheques a serem assinados pelo 1º Secretário e Presidente da Câmara Municipal, conforme o limite da delegação.*

*XI – controlar os processos em aberto e contas a pagar;*

*XII – conferir os cálculos de remuneração de servidores e Vereadores;*





# CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG

*XIII – controlar os cálculos de remuneração de suprimento de fundos para execução de despesas;*

*XIV – preparar e entregar a prestação de conta anual do Presidente da Câmara;*

*XV – preparar, publicar e divulgar os demonstrativos exigidos pela Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e a Lei Complementar Federal n.º 101, de 2000;*

*XVI – encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado os relatórios exigidos pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 2000; e*

*XVII – outras atividades inerentes à área que forem atribuídas.*

*Parágrafo único. O Chefe do Serviço de Contabilidade e Tesouraria deverá ser servidor efetivo, nos termos do Plano de Cargos e Carreiras da Câmara.*

## **Subseção II**

### **Do Serviço de Compras, Material e Patrimônio.**

*Art. 24-D. Ao Serviço de Compras, Material e Patrimônio compete:*

*I – receber, encaminhar e diligenciar, junto ao Diretor-Geral, pelo atendimento das requisições de material de consumo e prestação de serviços solicitados pelos setores e gabinetes dos Vereadores;*

*II – planejar, organizar, coordenar e controlar as atividades e todas as compras de mercadorias, serviços, bem como contratação de obras que forem se efetivar pela Câmara;*

*III – desenvolver todos os trabalhos necessários aos processos de contratação pública;*

*IV – controlar entrada, saída e estoque de materiais de consumo da Câmara;*

*V – inventariar os bens patrimoniais da Câmara, bem como controlar a sua movimentação;*

*VI – supervisionar a conservação e manutenção do patrimônio da Câmara; e*

*VII – executar outras tarefas afins que lhe forem atribuídas.*

*Parágrafo único. O Chefe do Serviço de Compras, Material e Patrimônio deverá ser servidor efetivo, nos termos do Plano de Cargos e Carreiras da Câmara.” (NR)*

**B:** Art. 6º Fica o Título IV da Lei n.º 2.281, de 2005, acrescentado do seguinte artigo 37-

*“Art. 37-B. Os servidores poderão desempenhar suas atividades em regime de*





# CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG

*trabalho híbrido, entre presencial e remoto, conforme regulamentação interna.” (NR)*

Art. 7º O Capítulo IV da Lei n.º 2.283, de 13 de abril de 2005, passa a vigorar acrescentado do seguinte artigo 29-A:

*“Art. 29-A. O servidor que preencher os requisitos para a promoção cumulativamente com o disposto no artigo 26-A desta Lei poderá ser enquadrado no Padrão B da classe superior a que pertence.” (NR)*

Art. 8º O parágrafo 1º-A do artigo 41-A da Lei n.º 2.283, de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 41-A. ....*

*.....*

*§ 1º-A. Não poderão perceber a gratificação de que trata o caput deste artigo os servidores ocupantes de função de confiança.” (NR)*

Art. 9º O artigo 41-A da Lei n.º 2.283, de 2005, passa a vigorar acrescentado do seguinte parágrafo 5º:

*“Art. 41-A. ....*

*.....*

*§ 5º O servidor que participar de mais de uma comissão somente fará jus a uma gratificação.” (NR)*

Art. 10. O parágrafo 2º do artigo 41-C da Lei n.º 2.283, de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 41-C. ....*

*.....*

*§ 2º A GCC somente será paga se as atividades referidas nos incisos do caput deste artigo forem exercidas sem prejuízo das atribuições do cargo de que o servidor for titular.” (NR)*

Art. 11. Os parágrafos 1º e 2º do artigo 41-D da Lei n.º 2.283, de 2005, passam a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 41-D. ....*

*.....*

*§ 1º O AQ de que trata este artigo não será concedido quando o curso constituir*





# CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG

requisito para ingresso no cargo.

§ 2º Para efeito do disposto nos incisos I, II, III, IV e V do artigo 41-E, só serão considerados os cursos reconhecidos e ministrados por instituições de ensino credenciadas ou reconhecidas pelo Ministério da Educação, na forma da legislação específica.” (NR)

Art. 12. O artigo 41-D passa a vigorar acrescentado do seguinte parágrafo 2º-A:

“Art. 41-D. ....

.....

§ 2º-A. As ações de treinamento a que se refere o inciso VI do artigo 41-E deverão ser certificadas por Câmaras Municipais, por Escolas de Governo ou por instituições privadas.” (NR)

Art. 13. O artigo 41-F da Lei n.º 2.283, de 2005, passa a vigorar acrescentado do seguinte parágrafo 3º:

“Art. 41-F. ....

.....

§ 3º O servidor que participar de mais de uma comissão somente fará jus a uma gratificação.” (NR)

Art. 14. A Seção VII do Capítulo VII da Lei n.º 2.283, de 2005, e seu respectivo caput do artigo 41-G, passam a vigorar com a seguinte redação:

## “Seção VII

### Do Agente de Contratação e da Equipe de Apoio

Art. 41-G. Os servidores efetivos que forem designados para exercer a função de Agente de Contratação ou de integrante da Equipe de Apoio, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, farão jus à gratificação de que trata o Anexo IV-B desta Lei.” (NR)

Art. 15. Fica alterada a denominação da Gratificação por Encargo de Agente de Contratação para Gratificação por Encargo de Agente de Contratação e Equipe de Apoio, bem como valores e quantitativo, nos termos do Anexo III desta Lei.

Art. 16. Os Anexos I, IV-A, IV-B e VI da Lei n.º 2.283, de 2005, passam a vigorar com as alterações dadas pelos Anexos I, II, III e IV, respectivamente, desta Lei.

Art. 17. Ficam revogados os seguintes dispositivos:

I – os incisos IV e V do artigo 20, as Subseções IV e V do Capítulo II e seus respectivos artigos 23-A e 23-B da Lei n.º 2.281, de 24 de março de 2005; e





# CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG

II – o inciso I do parágrafo 1º do artigo 41-A da Lei n.º 2.283, de 13 de abril de 2005.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Unaí, data da assinatura eletrônica; 81º da Instalação do Município.

VEREADORA DORINHA MELGAÇO

Presidente  
Republicanos

VEREADOR CARLINHOS DEMÓSTENES

Vice-Presidente  
PL

VEREADOR FELIPE TÁ NA HORA

1º Secretário  
PL

VEREADORA PROFESSORA IVANILZA BORGES

2ª Secretária  
PL







# CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG

ANEXO I A QUE SE REFERE A LEI N.º ..., DE ... DE ... DE 2025.

“ANEXO I DA LEI N.º 2.283, DE 13 DE ABRIL DE 2005.

## CARGOS DE CARREIRA DO QUADRO DE PESSOAL DA CÂMARA

Denominação	Classe	Quantidade	C. Horária
.....	.....	.....	.....
Agente de Condução de Veículos I (Nível fundamental)	.....	.....	30
Agente de Condução de Veículos II (Nível fundamental)	.....	.....	30
Agente de Condução de Veículos III (Nível fundamental)	.....	.....	30
Agente Atividades da Secretaria I (em extinção) (Nível fundamental)	.....	.....	30
Agente Atividades da Secretaria II (em extinção) (Nível fundamental)	.....	.....	30
Agente Atividades da Secretaria III (em extinção) (Nível fundamental)	.....	.....	30
Oficial de Atividades da Secretaria I (Nível médio)	.....	.....	30
Oficial de Atividades da Secretaria II (Nível médio)	.....	.....	30
Oficial de Atividades da Secretaria III (Nível médio)	.....	.....	30
Analista de Atividades da Secretaria I (Nível superior)	.....	.....	30
Analista de Atividades da Secretaria II (Nível superior)	.....	.....	30
Analista de Atividades da Secretaria III (Nível superior)	.....	.....	30

” (NR)







# CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG

ANEXO II A QUE SE REFERE A LEI N.º ..., DE ... DE ... DE 2025.

“ANEXO IV-A DA LEI N.º 2.283, DE 13 DE ABRIL DE 2005.

## FUNÇÕES DE CONFIANÇA

Denominação	Código	Quantitativo	Recrutamento	Valor(R\$)
.....	.....	.....	.....	.....
2. Diretor de Departamento	FC DAS 2	3	.....	.....
.....	.....	.....	.....	.....
5. Assessor de Controle Interno	.....	.....	.....	3.514,62
.....	.....	.....	.....	.....

”(NR)





# CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG

ANEXO III A QUE SE REFERE A LEI N.º ..., DE ... DE ... DE ...

“ANEXO IV-B DA LEI N.º 2.283, DE 13 DE ABRIL DE 2005.

## GRATIFICAÇÕES

Denominação	Código	Quantitativo	Recrutamento	Valor(R\$)
Gratificação por Encargo de Comissão Permanente	.....	10	.....	.....
Gratificação por Merecimento	.....	4	.....	.....
.....	.....	.....	.....	.....
Gratificação por Encargo de Agente de Contratação e Equipe de Apoio	GPEAC	5	Restrito	1.974,12

”(NR)





# CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG

ANEXO IV A QUE SE REFERE A LEI N.º ..., DE ... DE ... DE 2025.

“ANEXO VI DA LEI N.º 2.283, DE 13 DE ABRIL DE 2005.

## ESPECIFICAÇÃO DAS ÁREAS E ESPECIALIDADES

.....

VI – .....

3.4 - Qualificação exigida: graduação em curso superior da área geral de Computação e Tecnologia da Informação e Comunicação, nos termos do Manual de Classificação de Cursos de Graduação e Sequenciais do Ministério da Educação.

.....”(NR)





# CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG

## JUSTIFICATIVA

Conforme prevê a Lei Orgânica do Município em seu inciso IV do artigo 68, compete privativamente à Mesa Diretora iniciar o processo legislativo sobre regime jurídico de seus próprios servidores, conforme se transcreve abaixo:

IV - o regulamento geral que disporá sobre a organização da Secretaria da Câmara, seu funcionamento, polícia, transformação ou extinção de cargo, emprego e função, regime jurídico de seus servidores e fixação da respectiva remuneração;

Destarte, pelo acima alegado, é de competência deste Poder que os membros da Mesa Diretora apresentem proposição dispondo sobre organização e funcionamento da Câmara Municipal de Unai, bem como fixação da respectiva remuneração.

Os artigos 1º recriam o Departamento Administrativo e o Departamento Financeiro a partir da cisão do Departamento de Gestão e Finanças.

O Departamento de Gestão e Finanças foi originalmente criado a partir da fusão dos Departamento Administrativo e Departamento Financeiro pela Lei n.º 3.652, de 30 de junho de 2023.

O que se observou na prática foi que este novo Departamento acumulou um número excessivo de atribuições, especialmente as decorrentes da nova Lei de Licitações e Contratos Públicos, a Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, aplicada pela Câmara Municipal de Unai desde 1º de abril de 2023.

A nova Lei de Licitações e Contratos Públicos exige uma demanda de serviço muito superior tanto para iniciar os procedimentos licitatórios quanto para controlar os contratos firmados entre a administração pública e seus fornecedores e prestadores de serviço.

Esta nova demanda sobrecarregou demasiadamente o Departamento de Gestão e Finanças e, nesta oportunidade, sugere-se a cisão deste Departamento em dois.

O artigo 3º elenca os Departamentos subordinados à Diretoria Geral.

Trata-se de uma padronização quanto à estrutura hierárquica da Câmara Municipal de Unai, que, antes de tratar das atribuições de cada setor, os relaciona junto à unidade superior.

Os artigos 4º e 5º relacionam as atribuições e os serviços subordinados respectivamente ao Departamento Administrativo e Departamento Financeiro.

Note-se, neste caso, que nenhuma unidade é criada. Trata-se apenas da realocação do Serviço de Contabilidade e Tesouraria e do Serviço de Compra, Material e Patrimônio para o Departamento Financeiro.





# CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG

O artigo 6º altera a lei de organização administrativa da Casa, trazendo a possibilidade de trabalho em regime híbrido para servidores efetivos e comissionados do Poder Legislativo.

Como sabido, a implantação do Sistema Zero Papel para tramitação de processos internos, bem como a contratação de diversas ferramentas de armazenamento, edição e compartilhamento de arquivos em nuvem, permitem que a grande maioria do trabalho administrativo da Câmara de Unai possa ser realizado de qualquer ponto do país (ou do mundo) a partir do acesso pela internet.

Assim, esta medida poderá reduzir custos e, ainda, proporcionar melhoria na qualidade de vida dos servidores, maior equilíbrio na relação trabalho e família, maior produtividade e flexibilidade no deslocamento.

Todavia, a implementação deste sistema de trabalho dependerá de regulamentação a ser expedida pelo Chefe do Poder Legislativo.

Na sequência, o artigo 7º altera os requisitos para promoção, ao incluir o artigo 29-A à Lei n.º 2.283, de 13 de abril de 2005, visando a possibilidade de o servidor se movimentar em dois padrões quando preencher, cumulativamente, os requisitos para promoção e progressão dupla.

Neste caso, é importante mencionar que a Lei n.º 3.652, de 2023, ao autorizar a progressão dupla, considerou que esta aconteceria regularmente em anos alternados, porém, na prática, não se considerou os efeitos da progressão dupla quando o servidor estiver na situação de direito à promoção.

A situação prática demonstrou que em alguns casos servidores que teriam direito à progressão dupla ficariam estacionados na carreira até a sua promoção.

É importante ressaltar que o pretendido artigo 29-A não cria um novo direito. O que se pretende é a regularização da situação de servidores que chegam ao padrão final de uma classe e não podem utilizar o benefício do artigo 26-A. Desta forma, caso o servidor preencha cumulativamente os requisitos da progressão dupla constante do artigo 26-A, não poderá usufruir do benefício no exercício seguinte.

Os artigos 8º, 9º e 13 corrigem erros da Lei n.º 3.652, de 2023.

Esta norma possibilitou que servidores que exerçam funções de confiança possam acumular gratificação por encargo de comissão, bem como o mesmo servidor acumular duas gratificações por encargo de comissão. Porém, aplicação desta norma poderia ser interpretada como ofensa aos incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal.

Desta forma, a acumulação de funções gratificadas nunca foi implementada no âmbito da Câmara Municipal e, nesta oportunidade, sugere-se a retomada do texto anterior, que impedia o acúmulo de gratificações.

Os artigos 10, 11 e 12 fazem correções pontuais na concessão de gratificações por





# CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG

encargo de curso e concurso e no adicional de qualificação ao suprimir a compensação de carga horária nos termos de um artigo inexistente (o artigo 98 não existe na Lei 2.283, de 2005), autoriza a concessão do adicional de qualificação para servidores em estágio probatório e regula as espécies de diplomas e certificados necessários à concessão do adicional de qualificação.

Os artigos 14 e 15 equiparam Agente de Contrações e membros da Equipe de Apoio, visto que ambos possuem responsabilidade solidária sobre os processos licitatórios, paralelamente, altera a denominação da gratificação de “Gratificação por Encargo de Agente de Contratação para Gratificação” por “Encargo de Agente de Contratação e Equipe de Apoio”.

Esta alteração se justifica pelo elevado grau de responsabilidade que o Agente de Contratação e a Equipe de Apoio compartilham com gestor do órgão. Esta responsabilidade é solidária e está presente em todo o decurso do processo licitatório.

O artigo 16 dá nova redação ao Anexos I, IV-A, IV-B e VI da Lei n.º 2.283, de 2005.

O Anexo I corrige a carga horárias dos cargos Agente de Atividades da Secretaria, Agente de Condução de Veículos, Oficial de Atividades da Secretaria e Analista de Atividades da Secretaria igualando-as as do cargo de Auxiliar de Atividades da Secretaria, bem como compatibilizando-as ao horário de expediente da Câmara Municipal de Unai.

Esta correção torna-se necessária devido ao conflito existente entre o horário de expediente, nos termos do artigo 37 da Lei n.º 2.281, de 2005, que define as normas de funcionamento desta Casa, a Portaria n.º 2.989, de 16 de abril de 2014, que regulamente o controle de frequência dos servidores, a prática em vigor há quase 30 (trinta) anos e os próprios anexos da Lei n.º 2.283, de 2005.

O Anexo II aumenta o quantitativo de Funções de Confiança de Diretor Geral de 2 para 3, para contemplar a criação do Departamento de Gestão em Finanças em Departamento Administrativo e Departamento Financeiro, conforme disciplinado nos artigos 1º e 2º deste Projeto.

Também será alterado o valor da gratificação de Assessor de Controle Interno de R\$ 2.530,53 (dois mil quinhentos e trinta reais e cinquenta e três centavos) para R\$ 3.514,62 (três mil quinhentos e quatorze reais e sessenta e dois centavos).

Esta medida visa igualar a gratificação de Assessor de Controle Interno à gratificação do Diretor de Departamento, visto que esta atribuição exige extrema responsabilidade do servidor que a ocupa, bem como exerce assessoramento diretamente à Mesa Diretora, nos termos da alínea “h” do inciso I do artigo 6º da Lei n.º 2.281, de 2005.

Além disso, o Assessor de Controle Interno, assim como o Agente de Contratação e a Equipe de Apoio, são solidariamente responsáveis com o gestor do órgão por todos os atos praticados.

O Anexo III altera o Anexo IV-A da Lei n.º 2.283, de 2005.

Neste caso, será reduzido de 13 (treze) para 10 (dez) o quantitativo da Gratificação por Encargo de Comissão Permanente, visto que os membros da Equipe de Apoio passarão a receber gratificação específica e aumentado de 3 (três) para 4 (quatro) o quantitativo de Gratificação por





# CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG

Merecimento.

Por fim, o Anexo IV altera o Anexo VI da Lei n.º 2.283, de 2005 para modificar a qualificação exigida para o cargo de Analista de Atividades da Secretaria na especialidade de Analista de Sistemas.

A alteração visa aumentar o número de cursos superiores possíveis para concorrer a este cargo, visto que inúmeros cursos na área de informática foram criados desde o ano de 2005.

Anexo a esta Proposição será juntado o Parecer de Impacto Financeiro-Orçamentário a Declaração do Ordenador de Despesas, nos termos dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000.

Pelos motivos expostos, pede-se o apoio dos Pares desta Casa de Leis para a aprovação do Projeto que se justifica.

Unai, data da assinatura eletrônica; 81º da Instalação do Município.

VEREADORA DORINHA MELGAÇO  
Presidente  
Republicanos

VEREADOR CARLINHOS DEMÓSTENES  
Vice-Presidente  
PL

VEREADOR FELIPE TÁ NA HORA  
1º Secretário  
PL







# CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG

VEREADORA PROFESSORA IVANILZA BORGES  
2ª Secretária  
PL





# CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG

Av. José Luiz Adjuto, nº 117, Centro, Unaí - MG, CEP: 38.610-066.

CNPJ:19.783.570/0001-23.

## Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **CARLOS LYSIAS MOREIRA DE SOUZA - VEREADOR CARLINHOS DEMÓSTENES**, CPF: 547.89.11-61 em 16/04/2025 15:48:16, Cód. Autenticidade da Assinatura: 15E0.0448.616V.713K.8755, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **IVANILZA BORGES - 2ª SECRETÁRIA - VEREADORA PROFESSORA IVANILZA BORGES**, CPF: 826.39.11-68 em 16/04/2025 15:21:34, Cód. Autenticidade da Assinatura: 1573.4321.733A.4504.5782, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **FELIPE NUNES DA SILVA - 1º SECRETÁRIO - VEREADOR FELIPE TÁ NA HORA**, CPF: 105.21.11-65 em 16/04/2025 15:00:06, Cód. Autenticidade da Assinatura: 15W3.7800.2068.E23W.7768, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **MARIA DAS DORES CAMPOS ABREU LOUSADO - PRESIDENTE - VEREADORA DORINHA MELGACO**, CPF: 593.68.11-64 em 16/04/2025 14:54:46, Cód. Autenticidade da Assinatura: 14Z0.3Z54.0468.R65X.0226, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



## Informações do Documento

ID do Documento: 386.526 - Tipo de Documento: **PROJETO DE LEI**.

Elaborado por **MARIA DAS DORES CAMPOS ABREU LOUSADO**, CPF: 593.68.11-64, em 16/04/2025 - 14:54:46

Código de Autenticidade deste Documento: 14K2.4H54.446U.8823.1704

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
<https://zeropapel.unai.mg.leg.br/verdocumento>

